

A GÊNESE DAS PANDEMIAS E A INTERPELAÇÃO À CONCEPÇÃO DOMINANTE DE NATUREZA HUMANA, DE CONHECIMENTO E DE EDUCAÇÃO

THE GENESIS OF PANDEMICS AND THE CHALLENGE TO THE DOMINANT CONCEPTION OF HUMAN NATURE, KNOWLEDGE AND EDUCATION

LA GÉNESIS DE LAS PANDEMIAS Y EL DESAFÍO A LA CONCEPCIÓN DOMINANTE DE LA NATURALEZA HUMANA, EL CONOCIMIENTO Y LA EDUCACIÓN

Gaudencio FRIGOTTO¹

Resumo: Neste artigo, buscamos, inicialmente, analisar as determinações estruturais das relações sociais de produção capitalistas que subjazem à gênese das pandemias e a concepção de natureza humana, de conhecimento e de educação que as mascaram. Com base na apreensão destas determinações e nas concepções que as sustentam e reproduzem, procuramos explicitar que a atual política econômica, social e educacional no Brasil constitui-se no exemplo mundial mais regressivo. Por fim, destacamos qual a concepção de natureza humana, conhecimento e educação que pode formar as novas gerações para que as tornem capazes de alterar as atuais relações sociais de produção que têm como resultado a desigualdade, degradação ambiental e as pandemias.

Palavras-chave: Pandemia; Capitalismo; Natureza humana; Conhecimento; Educação.

INTRODUÇÃO

A pandemia Covid-19 será o grande evento histórico que assolou a humanidade no século XXI, isto se não aparecerem outras do mesmo porte ou piores. Situar a gênese das pandemias no sociometabolismo do capital constitui-se um exercício de análise fundamental para não tomar as consequências como sendo as causas. Há um amplo consenso de que a agressão e a deterioração da natureza e o crescente aumento da pobreza criam o ambiente propício para o surgimento das pandemias. Todavia, não há como imaginar que a natureza se contamine por si mesma e a pobreza seja culpa dos pobres. O ocultamento de que a determinação fundamental e fundante é a lógica interna das

¹ Professor Associado da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, bolsista PQ do CNPq, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Email: gfrigotto@lwmail.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2023-5654>

<http://doi.org/10.36311/1519-0110.2021.v22n2.p17-38>

relações sociais de produção capitalistas situa-se na concepção dominante de natureza, de ser humano, de conhecimento e de educação

Neste breve texto propomo-nos a: abordar a determinação fundamental e as derivadas que subjazem à gênese das pandemias; analisar a concepção de natureza humana, de conhecimento e de educação que as mascaram; explicitar que o Brasil pauta-se por uma política econômica, social, e educacional ultraconservadora que aprofunda estas determinações e suas conseqüências sociais; e, por fim, destacar a concepção de natureza humana de conhecimento e de educação que se constitui no horizonte a afirmar e a desenvolver na formação das novas gerações como base para entenderem a necessidade de superar as atuais relações sociais de produção capitalistas que têm como resultado a desigualdade e a degradação ambiental.

1. SOCIOMETABOLISMO DO CAPITAL: GÊNESE E AGRAVAMENTO DAS PANDEMIAS.

Se pensarmos em termos de como “os homens fazem a própria história”, a grande questão é a seguinte: historicamente comunidades e sistemas sociais buscam a estabilização e a reprodução criando mecanismos contra saltos perturbadores no desconhecido. Como, então, humanos e sociedades estruturados para resistir às transformações dinâmicas se adaptam a um modo de produção cuja essência é o desenvolvimento dinâmico interminável e imprevisível? (HOBSBAWM, 2010, p.5)

A epígrafe do mais importante historiador marxista na análise do sistema capitalista no século XX coloca com precisão o caráter das relações sociais de produção capitalistas que têm o desequilíbrio e a crise como elementos estruturantes e cujos efeitos à vida humana em sociedade são imprevisíveis e progressivamente destrutivos de direitos, dentre eles o do trabalho como meio de produção da existência e das bases da vida mediante a agressão de natureza. O desenvolvimento dinâmico e imprescindível do capitalismo tem na apropriação privada da ciência e tecnologia, incorporadas na produção, sua virtude e, contraditoriamente, seu caráter destrutivo.

O economista Joseph Alois Schumpeter (1961) destacou a virtude do dinamismo do sistema capitalista com a tese de *destruição criativa*, mola mestra do progresso técnico. A competição entre concorrentes no processo de produção conduziria a uma permanente busca pela inovação tecnológica. Aqueles que chegassem antes na inovação teriam lucros superiores a de seus concorrentes e, em muitos casos, acabariam incorporando-os a suas propriedades. Esta competição se constituiria num impulso permanente do progresso e na c Grande indústria e agricultura, exploradas industrialmente, atuam conjuntamente. Se originalmente elas se diferenciam pelo fato de que a primeira devasta e arruína mais a força de trabalho e, por isso, a força natural do homem, e a última, mais diretamente a força natural da terra, posteriormente, mais tarde, ao longo do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, ao passo que o sistema industrial na zona rural também extenua os

trabalhadores e, por sua vez, proporcionam à agricultura os meios para o esgotamento da terra (MARX, 1984, p. 266).

As pandemias têm sua raiz na dupla face destrutiva deste sociometabolismo do sistema capitalista que gera a ampliação do desemprego estrutural, o aumento permanente e crescente da pobreza no mundo, a fome, guerras e destruição da natureza da qual somos parte. Pandemias cada vez mais destrutivas de vidas, como a que vivenciamos no presente. E este sociometabolismo destrutivo sustenta-se sobre uma concepção de natureza humana, de conhecimento e de educação que o reforçam e o reproduzem.

Uma das teses misticadoras da tecnologia incorporada na produção privada é a de que ela cria mais empregos do que destrói. Tanto para o historiador Eric Hobsbawm (1995), quanto para o sociólogo Luciano Gallino (2015), esta suposição, se em algum momento foi verdadeira, desde as últimas décadas do século XX, já não o é mais.

O crescente desemprego destas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhoravam: não voltaria jamais [...]. A tragédia histórica das décadas de crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles. Além disso, esse processo foi acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos, que - direta ou indiretamente - eram os maiores empregadores individuais, e não menos, após 80, pela então predominante teologia do livre mercado que pressionava em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização de lucros, sobretudo para empresas privadas que, por definição, não pensavam em outros interesses além do seu próprio, pecuniário. Isso significou, entre outras coisas, que governos e outras entidades públicas deixaram de ser o que se chamou de empregadores de último recurso (HOBSBAWM, 1995, p. 403- 4).

A mesma compreensão tem o sociólogo Luciano Gallino (2015) ao analisar como cada vez mais o setor produtivo e o improdutivo, especialmente o capital financeiro, se valem da apropriação privada da tecnologia para demitir trabalhadores ou exauri-los pela expropriação e exploração. “A tecnologia cria mais empregos do que destrói. Supondo que alguma vez tenha sido verdade, esta afirmação deixou de ser verdadeira a partir da década de 1980” (GALLINO, 2015, p 23)². É justamente com o novo salto tecnológico do final da década de 1970, materializado pela combinação da microeletrônica e informação, que o desemprego estrutural se amplia com profundas consequências sociais.

Duas obras escritas na França, onde a luta de classe se expressou de forma mais radical e onde se conseguiu, além de direitos políticos, os direitos econômico e social, nos exemplificam a violência do capital contra os trabalhadores e, ao mesmo tempo, o

² Tradução do autor.

aumento dos lucros das empresas. Viviane Forrester, em seu livro *O horror econômico* (1996), perguntar se a busca do emprego, todos os dias e por longo tempo, se constitui uma forma de emprego. O livro de Danielle Linhart (2007), intitulado *A desmedida do capital*, é fruto de uma densa pesquisa. Analisando os efeitos da automação, evidencia o rolo compressor sobre os trabalhadores e suas organizações e dá-nos estatísticas impressionantes de demissões em massa e, ao meso tempo, aumento dos lucros de quem demite.

Vivemos, pois, com o aumento progressivo do desemprego estrutural que impele as pessoas de buscarem a sobrevivência em trabalhos informais, sem nenhuma proteção social. Mas o próprio sentido da informalidade como uma válvula de escape diante de uma crise econômica e retorno ao emprego formal na retomada do desenvolvimento perdeu sua materialidade. Altvater (2010) sinaliza que o emprego formal decresce e alarga-se o campo da informalidade como situação permanente, num leque amplo de atividades que abrange serviços legais, ilegais, estes últimos do mundo do crime (drogas, tráfico de armas, de pessoas e órgãos). No Brasil, esta realidade se materializa de forma brutal. Com efeito, como nos indicam dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de julho de 2021, 14,7% da força de trabalho ativa estava desempregada, e “[...] entre os 86,7 milhões de pessoas ocupadas no Brasil, 34,7 milhões eram trabalhadores sem carteira assinada³.

A consequência da produção destrutiva do trabalho é o aumento sistemático da desigualdade no mundo e, em decorrência, da pobreza e pobreza absoluta. No livro *O Capital*, do século XXI, Thomas Piketty (2014) demonstra que nos últimos cem anos verifica-se um aumento da concentração da riqueza e, em contrapartida, o crescimento da desigualdade em todos os países do mundo. A outra consequência, como vimos anteriormente, é a destruição da natureza. Para o físico Fritjof Capra, a “pandemia é resposta biológica do planeta” (MENA, 2020).

A pandemia emergiu de um desequilíbrio ecológico e tem consequências dramáticas por conta de desigualdades sociais e econômicas. Cientistas e ativistas ambientais há décadas vêm alertando para as terríveis consequências de sistemas sociais, econômicos e políticos insustentáveis. Mas até agora as lideranças corporativas e políticas teimaram em resistir a esses alarmes. Agora eles foram forçados a prestar atenção, já que a Covid-19 trouxe os avisos de antes para a realidade de hoje (FRITJOF apud MENA, 2020, p. 1)⁴.

Mike Davis (2006, 2020), historiador crítico do capitalismo e estudioso da vida urbana, em dois livros, debita ao tipo de desenvolvimento capitalista, em especial ao que denomina de agrocapitalismo global, e à desigualdade social o surgimento das

³ Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2021-07/taxa-de-informalidade-no-mercado-de-trabalho-sobe-para-40-diz-ibge>. Acesso em: 15 set. 2021.

⁴ Disponível em: <http://iserassessoria.org.br/fritjof-capra-pandemia-e-resposta-biologica-do-planeta/>. Acesso em: 15 set. 2021.

pandemias. No primeiro, *O monstro bate à nossa porta* (2006), analisa a ameaça à vida humana do vírus da Gripe Aviária. O que ele sinalizou nesta obra foi uma advertência não levada em conta e, disto, resultou o título de seu segundo livro *The Monster is Here* (2020). Com efeito, o monstro já não está só na porta, mas adentrou em milhões de casas ceifando vidas, principalmente das populações mais pobres e desprotegidas de políticas públicas de saúde.

2. A CONCEPÇÃO DE NATUREZA HUMANA, DE CONHECIMENTO E DE EDUCAÇÃO QUE MASCARAM AS DETERMINAÇÕES SUBJACENTES ÀS PANDEMIAS

A lição e a interpelação mais aguda que a pandemia da Covid-19 traz incidem sobre a necessidade de superação da concepção de natureza e ser humano, conhecimento e educação dominantes sob as relações sociais capitalista. A centralidade que tem assumido a degradação ambiental e os efeitos nocivos à vida humana se justifica porquanto os seres humanos são a unidade de sua natureza biológica e social. Como sintetiza o biólogo e escritor Mía Couto, referindo-se à Covid-19: “Nós sempre nos colocamos como o grande motor e não somos. E foi um pequeno vírus quem fez esse alerta. O grande motor da vida não são vocês. Somos apenas mais um nessa orquestra” (VIEIRA, 2020, p. 1)⁵.

A visão de que existe uma natureza sem história, isto é, apartada dos seres humanos, não apenas encobre que somos parte dela, mas que, dependendo de nossa ação sobre o mundo mineral, vegetal e animal, podemos ameaçar nossa própria vida. Paul Nurse, Prêmio Nobel de Medicina de 2001, ao analisar o que é vida destaca as conexões entre todos os seres vivos e a sociedade.

A vida na terra pertence a um único ecossistema, imensamente interligado, que incorpora todos os seres vivos. Tal conexão fundamental vem não apenas da profunda interdependência, mas também do fato de que toda a vida é geneticamente relacionada por raízes evolutivas compartilhadas. [...] Seres vivos são marcados pela interação e essa interação ajuda a entender o que é a vida. A interação entre indivíduos da mesma espécie, nesse sentido, pode bem ser uma metáfora. Estamos falando da Sociobiologia, um campo que nos últimos quarenta anos tem pensado a natureza biológica do ser humano levando em consideração as relações humanas. E muitas das descobertas nesse sentido têm de fato múltiplas implicações.⁶ (NURSE apud SAMPAIO, 2021, p. 2)

A concepção de natureza separada da ação humana desdobra-se na própria visão a-história do ser humano firmada pela doutrina do pensamento liberal fundante das

⁵ Disponível em: <https://exame.com/casual/mia-couto-nos-humanos-nao-somos-tao-importantes-assim/>. Acesso em: 16 set. 2021.

⁶ Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/cinco-ideias-da-biologia-que-explicam-a-vida-segundo-vencedor-do-premio-nobel,727fb0b00e540d7a6a82115cf48ebcd8zlw75tq5.html>. Acesso em: 16 set. 2021.

relações sociais capitalista. Os fundamentos desta doutrina, que retorna atualmente sob a ideologia do neoliberalismo, se constituem na compreensão sobre o que define a natureza humana. De Thomas Hobbes (1588-1679) a John Locke (1632-1704), David Hume (1711-1776), Adam Smith (1723-1790) e Jeremy Bentham (1748-1832), o pressuposto dominante que une a todos é de uma natureza humana dada, independente de como os seres humanos a estabelecem e a desenvolvem social e historicamente.

Hobbes, observando os conflitos de seu tempo, conclui que o ser humano é, por natureza, destrutivo, e que a possibilidade da sociabilidade depende de um poder coercitivo externo. Uma visão que não coadunava com o ideário da revolução burguesa em processo, que combatia o poder absoluto do rei. Os demais pensadores partem do pressuposto de o ser humano, por sua natureza, é movido pelo interesse próprio, para o que lhes é útil e dá prazer. Um egoísmo positivo que move a cada um a competir e procurar o melhor para si. É sobre este suposto que Adam Smith compara o mercado à providência divina. Esta, mesmo que por linhas tortas, zela para o melhor de cada um. O mercado, como uma mão invisível, na hipótese de que todos recebem a mesma herança da natureza, conduziria ao equilíbrio e igualdade social

E este impulso, ao incentivar cada a procurar o melhor para si, e sendo comum a todos, produziria o progresso e o desenvolvimento e a tendência ao equilíbrio e à igualdade social. Este é o fundamento da concepção liberal de ser humano individualista e, portanto, a base das relações sociais sob o sistema capitalista. Por este fundamento cultua-se o fato de que não existe uma natureza humana fora da história.

Do mesmo modo esconde-se que o sistema capitalista não constitui uma sociedade que corresponde à natureza humana, mas que resulta de um processo histórico que o precedeu. Processo este vincado pela escravidão de seres humanos por outros seres humanos. Ao afirmar-se como novo modo social de produção da vida humana, o capitalismo não aboliu a violência de classe, apenas a redefiniu sob novas bases. E estas novas bases, em sua lógica de competição individualista, tornam a vida humana cada vez menos viável ou sustentável justamente pela destruição do que somos parte, a natureza, e ao mesmo tempo pela exploração do trabalhador.

A visão de natureza e de ser humano que prepondera até o presente se estende ao caráter do conhecimento que busca reproduzir e justificar as relações sociais capitalistas e a propriedade privada produtoras da destruição da natureza e da desigualdade social. Trata-se de um conhecimento predominantemente condicionado pelo pressuposto da não historicidade do real e da neutralidade do sujeito, que resulta da soma de partes e não da relação entre as partes. Por isto não capta o que é subjacente à crise ambiental, ao crescimento da desigualdade, ao aumento sistemático da pobreza e do surgimento de pandemias como a Covid-19.

Desvelar o que é subjacente aos fenômenos e fatos implica pesquisar as conexões das múltiplas determinações que os constituem. Significa, por outro lado, desvelar que

na sociedade de classe o conhecimento não é neutro e é parte de uma disputa. E do ponto de vista das relações sociais capitalistas a ciência que interessa é a que, tanto na relação com os seres humanos quanto com o meio ambiente, maximiza o lucro dos proprietários privados dos meios e instrumentos de produção. A Covid-19 nos mostra que os grandes laboratórios privados não estão preocupados com pesquisas e políticas que cuidem da saúde, mas com a produção de drogas que lhes garantam os lucros.

As concepções de educação no sistema escolar e nas relações sociais também são parte de uma disputa. A tendência dominante, todavia, é orientada pelos interesses da reprodução dos conhecimentos e valores das relações de produção capitalistas. O ideário iluminista de uma escola pública, universal, gratuita e laica da burguesia revolucionária o seu embate contra o Estado absolutista e o poder da Igreja, que combatia a riqueza e subordinava a ciência à crença, mas não pôde se cumprir historicamente pelo simples fato de que não rompeu com a cisão da humanidade em classes sociais antagônicas.

Por isso, como nos demonstra vasta literatura, a escola sempre foi dual. Uma escola para as crianças e jovens da classe dirigente e seus intelectuais que, como postulava Antoine-Louis-Claude Destutt (1908), tinham tempo para estudar e preparar-se para o que deles se esperava no futuro, e uma instrução rápida e pragmática para os filhos da classe trabalhadora que precisam rapidamente ingressar no mundo do trabalho.

Duas obras clássicas explicitam o caráter dual e predominantemente reprodutor da escola no interior do sistema capitalista. No primeiro caso, trata-se do livro de Baudelot e Establet (1971) no qual os autores, com base na análise dos fluxos escolares na França, mostram o estrutural caráter dualista da escola. Na mesma direção, Bourdieu e Passeron (1970) analisam a tendência dominante de a escola reproduzir os valores e as relações sociais e culturais capitalistas⁷.

Por ser a sociedade capitalista cindida em classes com interesses antagônicos, sempre houve a disputa em relação à concepção de educação, métodos e valores que se afirmam na escola pelas organizações e intelectuais que defendem os interesses da classe trabalhadora. Georges Snyders (1981), na sua obra clássica *Escola, classe e luta de classe*, analisou, numa perspectiva histórica crítica, a disputa da educação escolar do ponto de vista da classe trabalhadora. A sua compreensão é de que, como instituição que se insere na sociedade capitalista, a escola deve ser disputada como mediação na crítica e na busca da superação desta sociedade. “A escola, como o movimento operário, implica um equívoco: só conseguirá interpretar plenamente seu papel numa sociedade renovada e, ao mesmo tempo, compete-lhe, dia após dia desempenhar um papel” (SNYDERS, 1981, p. 392).

⁷ Vale ressaltar que esta obra é uma das primeiras de Pierre Bourdieu, e sua vasta produção posterior, em particular nas últimas décadas de sua vida, traz a perspectiva da luta de classes e, portanto, a disputa da classe trabalhadora e seus intelectuais orgânicos pela superação do capitalismo e, conseqüentemente, a disputa do projeto educativo que se desenvolve na escola. Ver Bourdieu (1998, 2001).

Uma análise de longa duração mostra-nos que até a metade do século XX, mesmo dual e, portanto, diferenciada, a educação escolar e o processo de conhecimento desenvolvido em seu interior eram entendidos como um direito de todos a ser garantido na esfera pública. Uma instituição, neste sentido, referida à sociedade. Esta perspectiva altera-se de forma regressiva na medida em que as contradições do sistema capitalista se apresentam cada vez mais agudas e insanáveis. O amplo desenvolvimento das forças produtivas pela ciência e pela técnica não caminha na direção da igualdade entre as nações e erradicação da pobreza. Pelo contrário, houve uma concentração de capital e de riqueza, maior desigualdade entre nações e entre as classes e grupos sociais.

A Revolução Socialista de 1917 na Rússia e a sua expansão para o Leste Europeu após a Segunda Guerra Mundial fizeram com que os intelectuais do capital percebessem o risco e a possibilidade das nações pobres e subdesenvolvidas serem capturadas pelo socialismo. A Revolução Popular em Cuba no ano de 1959 e, na sequência, a instauração do socialismo reforçaram a percepção deste risco. A condição de classe destes intelectuais os impedia de perceberem que o subjacente que produz desigualdade entre as nações e entre os seres humanos é a estrutura de classe que faculta aos detentores de propriedade privada a acumular e a concentrar a riqueza explorando os trabalhadores. Isto conduz estes intelectuais a propor soluções que buscam tratar das consequências da desigualdade e da crise ambiental, sem resolver as determinações estruturais que as produzem.

Coube ao economista Theodore Schultz, que dirigia pesquisas nos Estados Unidos sobre desenvolvimento, formular a noção de capital humano, a qual daria aos países pobres e subdesenvolvidos a chave para ascenderem ao desenvolvimento e, aos indivíduos pobres, para terem mobilidade social. Esta noção, que lhe valeu o Prêmio Nobel de Economia em 1979, ele a formulou pela observação de que as famílias que privadamente investiam mais em educação e saúde alçavam as melhores posições sociais. Assim, o capital humano se constituía de investimento em educação e saúde.

Partindo desta observação, Schultz desenvolveu pesquisas relacionando o Produto Interno Bruto (PIB) de algumas dezenas de países com o investimento em educação. Constatou que havia uma correlação alta entre o PIB e os anos de escolaridade média de cada país. Com isto, a noção de capital humano propalou-se como um bem igual ou superior a ser proprietário de fábricas ou fazendas. Ninguém pode estar em desacordo com o fato de que uma boa formação científica e cultural tenha efeitos benéficos em todas as dimensões da vida de quem a tem. Todavia, o que não está explicado por Schultz e seus seguidores é onde os países pobres subordinados e explorados pelas corporações e grupos localizados nas nações que constituem os centros hegemônicos do capital e as famílias pobres buscam os recursos para investir em educação.

O caráter invertido da noção de capital humano fica desnudado quando procuramos responder às seguintes questões: os países pobres e subdesenvolvidos não investem mais em educação por que não querem ou por se situar numa relação de força desigual e subordinada aos centros hegemônicos do capital? Subordinação esta, no mais

das vezes, vantajosa para as burguesias da periferia do sistema capitalista. E os pais ou responsáveis pelos indivíduos pobres não investem por que não querem ou não podem? A noção de capital humano foi adotada por todas as ditaduras dos países da América Latina. No Brasil, a ditadura empresarial militar de 1964 patrocinou reformas na escola elementar até a pós-graduação sob esta noção. O resultado é que nenhum país alçou-se às nações *desenvolvidas* e tampouco diminuíram a desigualdade econômica, social, educacional e cultural.

A noção de capital humano sepultou o ideário iluminista da burguesia que apostava na educação e no conhecimento como direitos sociais e subjetivos e meios de erradicar a fome, epidemias e a desigualdade. Um ideário, como vimos, estruturalmente incompatível com a sociedade de classes. Sua formulação não é um desvio moral do autor e seus seguidores. É antes um limite de classe. Ela efetiva, portanto, uma regressão em relação à educação como direito social e subjetivo e um dever do Estado, deslocando-a com a noção de ser um capital ao mercado. Mesmo assim, tinha como propósito integrar todos, ainda que fosse de forma desigual, ao mercado de trabalho.

O contexto de elaboração da noção de capital humano deu-se no período histórico em que ainda preponderava a tese de John Maynard Keynes sobre a necessidade de regular o capital, após perceber que a tese do livre mercado não promoveu a harmonia entre as nações nem o equilíbrio social. Pelo contrário, conduziu a duas sangrentas guerras mundiais, a Revolução Socialista na Rússia e a quebra da Bolsa de Nova York, sinais que colocavam em risco o sistema capitalista.

A forma encontrada para regular o capital e o mercado foi criar um Estado forte mediante o controle, especialmente da moeda, e, portanto, dos bancos, da energia, do subsolo, das telecomunicações, da infraestrutura e da reprodução da força de trabalho. Para o historiador Eric Hobsbawm (1995), o período do Estado regulado e com políticas públicas ensejou o período de ouro do sistema capitalista. Mas, como ele mesmo destaca, os ganhos para a classe trabalhadora não foram iguais nas diferentes nações.

Esta estratégia teve um período curto e, desde início, contestada por autores ultraconservadores, sendo o mais proeminente Friedrich Hayek. No livro *O caminho da servidão* (HAYEK, 1994), cuja primeira edição em inglês foi em 1944, defende que as políticas socialistas ou políticas sociais e coletivistas acabam levando à servidão porque seriam contra a *natureza humana* de cada um por si buscar o bem próprio. As teses de Hayek e seus seguidores, que até o final da década de 1970 não prosperaram, balizaram a regressão da regressão social e educacional como forma do sistema capitalista enfrentar o agravamento de sua crise estrutural.

Mesmo com a regulação estatal, o capital, como uma força violenta que luta contra as barreiras que lhes impõe regras, buscou formas de burlar os controles. Um processo que vai promover a intensificação de empresas multinacionais a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, em seguida de empresas transnacionais e, em sequência,

do que a literatura denominou de globalização, mas que, como indica Giovanni Arrighi (1994), se trata da mundialização do capital, em particular o financeiro. Karl Marx e Friedrich Engels (2003) mostraram que o sistema capitalista já era global no século XIX, e apontavam a tendência da dominância do capital financeiro. Essa tendência se materializou no processo anteriormente mencionado, colimando a subordinação dos estados nacionais pelo capital e seus organismos globais.

Três determinações históricas combinadas permitiram que as teses ultraconservadoras de Hayek (1994) orientassem a vingança do capital contra a classe trabalhadora, produzindo a regressão da regressão no plano social, político e educacional.

A primeira determinação foi o acirramento da crise do sistema capitalista, a qual mudou a sua natureza, como analisam István Mészáros (2003), David Harvey (2017) e Elmar Altvater (2012). Como observamos anteriormente, uma crise que assume caráter universal, global, permanente e cada vez menos controlável e mais destrutiva. Para agravar isto, ela ocorre dentro de uma realidade histórica em que o núcleo dominante de controle da riqueza do mundo não é mais a economia real que produz bens e serviços úteis ao ser humano, mas o capital financeiro que se amplia pela especulação e pelo assalto ao fundo público.

A segunda determinação efetiva-se pelo colapso do socialismo realmente existente, e isto permitiu o retorno à tese de que o capitalismo é uma sociedade que corresponde à natureza humana. Esta se definiria pela tendência de todos os seres humanos buscarem o bem próprio, o útil e o agradável. E se todos têm a impulsão natural de procurar o bem próprio, o que lhes dá prazer, isto lhes proporcionaria a igualdade de condições para disputar no mercado seu lugar na sociedade. Para esta concepção não houve escravidão, servilismo, e o sistema capitalista tampouco seria uma sociedade de classes antagônicas e com condições objetivas desiguais. O ideário ideológico que sustenta esta regressão da regressão social e educacional é o que a literatura econômica e política denominou de neoliberalismo.

Finalmente, a terceira determinação é a apropriação privada de um novo salto tecnológico que combina a microeletrônica com a informática e que altera o poder do capital sobre o trabalho e que lhe permite a vingança contra os direitos dos trabalhadores conquistados ao longo do século XX. Desde as duas últimas décadas do século XX efetiva-se uma profunda desregulamentação dos direitos trabalhistas e, igualmente, dos direitos sociais.

A junção destas três determinações propiciou aos intelectuais orgânicos do sistema capitalista a base objetiva para concluir que no mundo globalizado e em crise estrutural não seria mais possível promover a integração de todos, mas apenas dos mais competentes. Dentro desta nova materialidade das relações sociais agravam-se a desigualdade e a pobreza, e a tendência de governos de forças políticas de direita ou extrema direita que se apoiam na violência para garantir o lucro dos grupos que detêm o

capital. Mas ao mesmo tempo, mediante os aparelhos de hegemonia, criar as condições subjetivas que induzem a debitar o aumento da desigualdade, da pobreza e da exclusão não no plano social, mas individual. Um novo ciclo de contrarreformas nos sistemas educacionais que denominamos de regressão da regressão.

Com efeito, se a noção de capital humano expressava uma regressão medular porque deslocava a educação de um direito social e subjetivo para uma moeda de troca no mercado, agora se acrescenta a ênfase para ensinar o que serve ao mercado e dentro de valores individualistas e de estímulo à competição. Efetiva-se, deste modo, *uma regressão da regressão* nas relações sociais e na educação das novas gerações. O fetiche de um ser humano por natureza individualista e que busca o bem próprio retorna, mas agora não mais com a promessa do equilíbrio e da igualdade. A sentença é de que não há mais como integrar a todos na sociedade. A palavra mágica para ser individualmente vencedor e incluído é *meritocracia*.

Os intelectuais que elaboram o novo receituário pedagógico e orientam as contrarreformas curriculares são especialmente economistas, sociólogos e psicólogos que atuam nos organismos internacionais do capital (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros) e seus pares no interior de cada país. Um conjunto de novas noções ideológicas infesta o vocabulário educacional: sociedade do conhecimento, qualidade total, empregabilidade, pedagogia das competências, empreendedorismo e, mais recentemente, habilidades socioemocionais e protagonismo juvenil.

A noção de sociedade do conhecimento oculta que a ciência é cada vez mais privada e não há acesso, portanto, igual para todos. A produção da vacina contra a Covid-19 não se constituiu patrimônio comum da humanidade e sim uma fonte extraordinária de lucros dos grandes laboratórios. Do mesmo modo, qualidade total, competência, habilidades socioemocionais, empregabilidade, empreendedorismo e protagonismo juvenil debitam a cada indivíduo, independentemente de sua origem de classe e do desemprego estrutural, a integrar-se no mundo da produção e buscar seu lugar na sociedade. Trata-se, portanto de uma vulgata ideológica que acaba culpando os desempregados e os excluídos por sua exclusão.

3. O BRASIL E A POLÍTICA ECONÔMICA E EDUCACIONAL: AUMENTO DA DESIGUALDADE, POBREZA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL.

São os limites de uma época - de uma classe - mais que o egoísmo deliberado ou uma 'mentira de classe' que explicam os limites das ideias. [...] A verdade e o conhecimento objectivo continuarão incompletos, 'abstractos' e 'unilaterais', enquanto uma classe, historicamente, não tiver senão objetivos limitados, aspirações e fins restritos (LEFÉBRVE, 1966, p.45)

O que Lefebvre (1966) indica no plano universal se aplica de forma específica à classe dominante brasileira e nos dá a chave para entender, no plano estrutural de longa duração, a construção de uma das sociedades mais desiguais do mundo e que, no presente, regride a um projeto ultraconservador no plano econômico, social, político e educacional. Uma regressão que desde o golpe de Estado de 2016 efetivou contrarreformas que aumentaram a pobreza, a pobreza absoluta e a fome endêmica. Com a vitória e ascensão em 2019 ao poder nacional de um grupo de forças de extrema direita, que nega a ciência e que governa com base no fundamentalismo econômico, político e religioso, o Brasil se constitui no pior exemplo mundial de enfrentamento da pandemia.

O discurso de abertura na Assembleia das Nações Unidas do presidente Jair Bolsonaro em 20 de setembro de 2021 foi uma confissão mundial do negacionismo da ciência e de uma postura insensata, insana diante da pandemia. O caráter de crueldade humana se explícita no fato de que os mais de 600 mil óbitos, mais de um terço poderiam ter sido evitados não fosse este negacionismo e a aposta na imunidade de rebanho e no tratamento precoce com o uso de remédios comprovadamente não só ineficazes para a Covid-19, mas que têm efeitos colaterais que podem levar a óbito.

O processo histórico que nos conduziu a esta regressão econômica, social, ambiental, política, ambiental e educacional tem sua raiz nos “objetivos limitados, aspirações e fins restritos”, a que se refere Lefebvre (1966), da burguesia brasileira. Esta, como demonstra Florestan Fernandes (2006), diferente das burguesias que instauraram o sistema capitalista e que buscaram construir nações autônomas e soberanas, nunca teve como projeto uma nação autônoma e soberana. A sua opção foi a de associar-se de forma subordinada aos centros hegemônicos do capital e desenvolver um projeto societário de capitalismo dependente mediante a estratégia da modernização conservadora no plano econômico e político (FERNANDES, 2009).

No plano econômico, a modernização conservadora se expressa mediante a reiteração, em diferentes momentos do desenvolvimento local, por meio da simbiose entre o arcaico e o moderno impedindo mudanças estruturais, mesmo dentro da ordem capitalista. Resulta daí a manutenção de uma sociedade que amplia a concentração de propriedade e de riqueza e, correlatamente, aumenta a desigualdade e a pobreza. Francisco de Oliveira utiliza a metáfora do Ornitorrinco para caracterizar a natureza perversa da simbiose entre o arcaico e o moderno.

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. [...] O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão (FERNANDES, 2003, p. 150).

No plano político, o que define e mantém este projeto é o autoritarismo. Todas as lutas empreendidas no sentido de um projeto de sociedade e de desenvolvimento de caráter nacional popular foram barradas por arranjos pelo alto pelas frações da burguesia agrária, industrial e de serviços, ou em momentos em que a relação de forças poderia avançar em mudanças estruturais, mediante ditaduras e golpes. Durante um terço do século XX, a sociedade brasileira esteve sob regimes ditatoriais. De 1937 a 1946, a ditadura Vargas e, de 1964 a 1985, vinte e um anos da ditadura empresarial militar.

Com o fim da ditadura em 1985 e a aprovação da Constituição em 1988, que no plano formal da lei apresentou avanços significativos no âmbito dos direitos sócio e subjetivos, projetava-se a esperança de que se poderia avançar na diminuição da desigualdade e da pobreza. Todavia, na década de 1990, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil aderiu à cartilha das contrarreformas neoliberais, reiterando a modernização conservadora.

Uma indicação de Francisco de Oliveira (2003, p. 106) que ganha sentido de previsão se a confrontarmos com o que ocorreu pós-golpe de Estado de 2016 e, em especial, com o que vem ocorrendo com o governo Bolsonaro, se explicita nesta síntese:

[...] o pós-1964 dificilmente se compatibiliza com a imagem de uma revolução econômica burguesa, mas é mais semelhante com o seu oposto, o de uma contrarrevolução. Esta talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão.

Num livro anterior, publicado em 1998, no qual trata da tendência de o capital se reproduzir mediante a apropriação do fundão público, Oliveira projetava o cenário da sociedade brasileira para o século que se iniciaria dois anos após. A perspectiva que Oliveira (1998) percebia, há vinte anos, era de que o realismo mercantil conservador, para se manter, tenderia a chegar à regressão econômica do projeto nazifascista que tem na violência a sua sustentação. Entretanto, ele mesmo, com a base social com que Luiz Inácio Lula da Silva se elegeu presidente, acreditou que seriam possíveis mudanças na sociedade brasileira que não permitissem retrocessos.

Entretanto, uma vez mais a burguesia local aliou-se aos interesses do grande capital e condicionou os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores a não efetivar mudanças estruturais, como não toleraram: as políticas de inclusão social; os ganhos reais do salário mínimo; a criação de 16 universidades federais, grande parte por demandas de movimentos sociais e populares ou por regiões historicamente esquecidas; a fundação de mais de 600 campi de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo 85% interiorizados; a institucionalização de cotas sociais para indígenas, negros, quilombolas e alunos de escola pública para ingresso no Ensino Médio e Superior; e, sobretudo, o investimento numa diplomacia para inserir o Brasil numa nova geopolítica mundial.

As forças sociais que sustentaram o governo Fernando Henrique Cardoso e que não conseguiram completar as contrarreformas neoliberais pela resistência organizada dos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos vinculados às lutas da classe trabalhadora lideraram um novo golpe de Estado, consumado em 2016 pela junção de forças parlamentares, jurídicas, midiáticas e militares contra a presidente Dilma Rousseff. Desgraçadamente a análise de Francisco de Oliveira acabava de se confirmar. Consumado o golpe, a reação ultraconservadora instalou-se voraz e célere na dizimação de direitos, vendas do país e de contrarreformas ultraconservadoras que desempregam, mutilam direitos e congelam o futuro e a esperança.

O caráter demolidor de direitos e de perspectiva de futuro começou nos primeiros meses do governo golpista de Michel Temer, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou o teto do gasto público por vinte anos. Isto significa impedir os direitos universais, pois estes só podem se concretizar na esfera pública. Antes de completar um ano de governo, projetou-se o congelamento do futuro para a grande maioria dos jovens brasileiros, mediante a contrarreforma do Ensino Médio (Lei n. 13.415 de 16/2/2017). Esta liquida o sentido e o direito da Educação Básica, mediante os itinerários formativos e sob o ideário das noções ideológicas, anteriormente referidas, sobretudo as de formação por competência e de habilidades socioemocionais para a empregabilidade, o empreendedorismo e o protagonismo juvenil. O resultado será de gerações mutiladas em sua formação e despreparadas para a cidadania consciente e para o processo produtivo sob a atual base científico técnica.

Onze meses após o golpe, aprovou-se a contrarreforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017). Esta liquida os direitos conquistados duramente ao longo do século XX pela classe trabalhadora. Das grandes contrarreformas, os golpistas somente não conseguiram completar a da Previdência e fazer a Reforma Administrativa. O cálculo de voltar ao poder com as contrarreformas aprovadas não apenas não se concretizou como entregaram o governo da nação à extrema direita.

O que Francisco de Oliveira (1998) apontava como possibilidade da anulação da esperança pelo realismo mercantil e a combinação de nazifascismo econômico e político está se materializando com o projeto totalitário das forças sociais e políticas do governo Bolsonaro. Para o ultraliberalismo mercantil, que se expressa no fundamentalismo econômico, o que se construiu no passado, tanto de patrimônio público quanto de direitos, tem que ser apagado.

A Reforma Administrativa, PEC 32, representa o derradeiro golpe e tipifica a política econômica efetivada pelos regimes nazifascistas, como sublinha Oliveira. Tudo tem que estar sob o controle privado do mercado. O ultraconservadorismo econômico da gestão Guedes tem seu par no totalitarismo, que se expressa pelo fundamentalismo político e que tem no culto à violência e na pedagogia da ameaça e do medo sua sustentação. Sob esta estratégia projeta-se nacionalmente de forma crescente a militarização das escolas públicas, a intervenção na autonomia universitária

e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a censura camuflada ou explícita ao campo cultural e educacional. A política oficial do livro didático, orientada pelo moralismo e pelo fundamentalismo político e religioso, consubstancia a censura explícita à memória histórica. Pelo fundamentalismo religioso regride-se à Idade Média subordinando a ciência à crença.

O que aponta o cientista político José Luiz Fiori (2019) sobre o bolsonarismo constitui-se numa advertência que precisa ser levada a sério para que tenhamos um futuro humanamente viável.

Hoje, a palavra ‘bolsonarismo’ é usada em todo o mundo, como sinônimo de violência irracional e destruição psicopática, feita em nome de versículos bíblicos, mas sem nenhum sentido ético e humanitário. Já é utilizada também como um sinal vermelho de advertência sobre o limite a que pode chegar a humanidade quando perde o sentido ético da política e da história, e se joga contra tudo e contra todos, movida pelo ódio, medo e paranoia, transformando a religião num instrumento de vingança e destruição da possibilidade de convivência entre os homens (FIORI, 2019, p. 3)⁸.

Não por acaso o resultado da junção deste conjunto de fundamentalismos é de que nos tornemos uma sociedade que radicalizou a produção destrutiva mediante: a privatização e degradação da natureza; o aumento da desigualdade social; do desemprego estrutural com mais de 14 milhões de desempregados e metade da força de trabalho no setor informal, sem proteção social; a retirada progressiva dos direitos básicos à classe trabalhadora que vive da venda de sua força de trabalho. Resulta disto um contingente de “61,1 milhões de pobre ou extremamente pobres” (ROCHA, 2021, p. 1)⁹. Os que estão em extrema pobreza e estado de fome endêmica são cerca de 20 milhões. E são as populações pobres as maiores vítimas da Covid-19. As contrarreformas do golpe de Estado de 2016 e do governo Bolsonaro nos constituem no exemplo mundial que se situa no movimento oposto do que se torna imperativo para combater as pandemias e, de forma mais incisiva, garantir futuro à vida humana.

4. CONCEPÇÃO DE NATUREZA HUMANA, DE CONHECIMENTO E DE EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS DE NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E DE VIDA SOCIAL.

O que abordamos nos itens anteriores, para aqueles que se dispõem a analisar o que nos interpela a Covid-19, nos indica que pela natureza incontrollável do capital não haverá “novo normal”, mas a tendência de novas pandemias mais destrutivas ou o

⁸ Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2019/05/15/artigo-or-religiao-violencia-e-loucura-no-brasil-por-jose-luis-fiori>. Acesso em: 21 set. 2021.

⁹ Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/pobreza-e-extrema-pobreza-atingem-70-4-milhoes-de-brasileiros-em-2021-fb90>. Acesso em: 21 set. 2021.

aumento incontrolável dos efeitos do aquecimento global que acaba colocando limites fatais à vida do ser humano. O horizonte alternativo é o da superação do modo de produção capitalista. Isto, todavia, não se efetiva de forma espontânea nem voluntarista. Como sintetiza Lucio Magri (2014, p. 56) ao expor o pensamento de Gramsci sobre o processo revolucionário no Ocidente, que exige:

[...] longo trabalho de conquista de casamatas, a construção de um bloco histórico entre classes diferentes, cada qual portadora não apenas de interesses diversos, mas de raízes culturais e políticas próprias. Ao mesmo tempo, esse processo social não constitui o resultado gradual e unívoco de uma tendência inscrita no desenvolvimento capitalista e na democracia, mas, ao contrário, é o produto de uma vontade organizada e consciente que intervém no processo de uma nova hegemonia política e cultural, de um novo tipo de ser humano em formação progressiva.

Exige, portanto, a formação das gerações do presente e futuras que internalizem uma concepção histórica transformadora de natureza, do ser humano, de conhecimento e de educação. E esta transformação implica de imediato a compreensão histórica de natureza, natureza humana e do ser humano

No plano da ciência, desde o momento que surge o ser humano, a natureza, da qual ele é parte orgânica e dela depende, como qualquer ser vivo, se torna histórica. Em nota do livro *A ideologia alemã*, destacada por Florestan Fernandes, Marx e Engels explicitam a não separação da história humana da história da natureza. “Nós conhecemos uma única ciência singular, a ciência da história. Podemos encarar a história de dois ângulos e dividi-la em história da natureza e em história dos homens. Os dois ângulos são, entretanto, inseparáveis” (MARX; ENGELS *apud* FERNANDES, 1961, p. 31).

Esta compreensão nos conduz a dois corolários. O primeiro nos indica que dependendo de como o ser humano atua sobre a natureza - a terra, as plantas, a água, o ar, elementos imprescindíveis a todo ser vivo - pode desencadear processos destrutivos à vida humana. E estes efeitos destrutivos das fontes de toda a riqueza (a terra e o trabalhador) são inerentes a um “modo de produção cuja essência é o desenvolvimento dinâmico interminável e imprevisível” (MARX; ENGELS *apud* FERNANDES, 1961, p. 31). A terra vem sendo destruída pelo desmatamento e pelo uso de venenos cada vez mais corrosivos do solo. O efeito, em cadeia, é a contaminação do ar, da água e dos alimentos e os danos sobre a saúde. As pandemias são o efeito de impacto, mas as mortes por câncer, doenças pulmonares, entre outras, são permanentes e crescentes.

O segundo corolário é de que sob uma concepção histórica, não existe, igualmente, uma natureza humana fora da história e que defina *apriori* e para sempre o ser humano como um ser individualista e egoísta e com a mesma racionalidade em busca do bem próprio. Esta é a visão construída pelos intelectuais da burguesia para justificar as relações

sociais de produção capitalistas e a dominação de classe. A desigualdade e a pobreza produzidas nas sociedades de classe sob a escravidão, o servilismo e o capitalismo não resultam de uma má racionalidade e de não querer o bem próprio dos escravos, dos servos e da classe trabalhadora, mas da exploração de uns sobre os demais.

O ser humano é, desde o início, constituído socialmente. Ele, portanto, se humaniza ou desumaniza em sociedade e não há limites ao seu desenvolvimento humano a não ser aqueles construídos por ele mesmo. E como ser da natureza que tem a prerrogativa da prévia ideação, projetando antes o que vai executar, se torna responsável pelas consequências de seus atos individuais ou coletivos. Esta compreensão é que define o princípio fundamental da ética materialista. Como nos indica Marx (2003, p. 150), ao contrapor-se às concepções metafísicas, idealistas ou racionalistas de ser humano, isto nos interpela a formar humanamente a sociedade em que vivemos.

Se o homem é formado pelas circunstâncias, será necessário formar as circunstâncias humanamente. Se o homem é social por natureza, desenvolverá sua verdadeira natureza no seio da sociedade e somente ali, razão pela qual devemos medir o poder de sua natureza, não através do poder do indivíduo concreto, mas sim através do poder da sociedade.

Karel Kosik (1986, p. 113) nos dá a síntese da compreensão de que somos uma unidade inseparável de nossa natureza biológica e de ser social ao destacar que na produção e reprodução de nós mesmos produzimos:

a) os bens materiais, o mundo materialmente sensível, cujo fundamento é o trabalho; b) as relações e as instituições, o complexo das condições sociais; c) e sobre a base disto, as ideias, as concepções, as emoções, as qualidades humanas e os sentidos correspondentes. Sem o sujeito, estes produtos sociais do homem ficam privados de sentido, quanto o sujeito sem os pressupostos materiais é uma miragem vazia. A essência do homem é a unidade de objetividade e subjetividade.

À apreensão radicalmente histórica de ser humano, antagônica à visão burguesa, corresponde uma concepção de conhecimento de métodos de construí-la. Ciência e métodos que lhes permitem perceber as disfunções que buscam desvelar o que está subjacente nas relações sociais. Portanto, um conhecimento que ao analisar as relações sociais capitalistas não se fixe nas suas disfunções, mas na materialidade objetiva e subjetiva que as produzem.

A Covid-19 expressa o momento histórico em que o capital, para enfrentar sua crise estrutural e explosiva, assume uma lógica destrutiva sem precedentes da natureza, do trabalho e, como tal, das necessidades básicas e dos direitos sociais e subjetivos. Disto decorre uma práxis que não se limita a tratar destas disfunções, ainda que

temporariamente necessário, mas da superação das relações sociais que as produz. Há três décadas, o historiador Eric Hobsbawm apontava a natureza desta práxis.

Mais cedo ou mais tarde exigirão a ação sistemática e planejada nacional e internacionalmente e uma investida contra as fortalezas centrais da economia de mercado e consumo. Exigirão não apenas uma sociedade melhor que a do passado, mas como sempre sustentaram os socialistas, um tipo diferente de sociedade. Uma sociedade que não apenas é capaz de salvar a humanidade de um sistema produtivo que escapou ao controle, mas uma sociedade em que as pessoas possam viver vidas dignas de seres humanos: não apenas no conforto, mas juntos e com dignidade. É por isso que o socialismo ainda tem um programa 150 anos após o manifesto de Marx e Engels. (HOBSBAWM, 1992, p. 269-70).

A educação escolar, não é o único espaço, mas tem centralidade na formação de um novo tipo de ser humano sob uma compreensão histórica de si mesmo, da natureza e do conhecimento. Ela é parte da luta de classe, na crítica e superação prática da concepção redutora e unidimensional de formar para o mercado e sob os valores individualistas da competição e da meritocracia. A interpelação que a Covid-19 traz é da necessidade de uma educação escolar e formação humana no conjunto das relações sociais que vá além do capital e dos processos de internalização alienadores¹⁰.

Uma educação e formação de um tipo novo de ser humano e em permanente processo de ampliar a sua humanização na sociedade sem a exploração de classe. Todavia, para que isto ocorra, compete aos intelectuais da classe trabalhadora construí-la desde agora no âmbito da luta de classes. E esta construção se efetiva na defesa e nas ações práticas da escola unitária, educação omnilateral e formação politécnica.

Deste modo, à escola dual e diferenciada do capital, o embate é pela escola unitária. Daí a importância, numa sociedade tão desigual como a brasileira, de lutar, ao mesmo tempo, pela superação das desigualdades sociais e pelas políticas de inclusão social dos grupos sociais historicamente excluídos e em escolas de igual padrão de qualidade e com métodos e práticas pedagógicas que busquem, ao final do processo, o mesmo nível de conhecimentos.

Para a concepção e as práticas educativas unidimensionais do capital na formação do educando para o mercado, a disputa é a formação omnilateral, integral ou por inteiro, que desenvolva as dimensões intelectuais, psíquicas, físicas, biológicas, culturais, artísticas e estéticas do ser humano, inclusive seus sentidos. Finalmente, a contraposição aos processos fragmentários, adestradores e tecnicistas de educação mediante a formação politécnica e/ou tecnológica. Vale dizer, uma formação que desenvolva as bases científicas dos ramos da atividade humana.

¹⁰ No texto, *A alienação e crise da educação*, István Mészáros (1981) faz uma análise densa sobre os processos de internalização desenvolvidos na escola que servem ao capital. E no livro *A educação para além do capital* (2005) destaca os processos de internalização a serem afirmados na escola e na sociedade na perspectiva de superação da sociedade capitalista.

Estas três dimensões, tratadas no plano da exposição de forma separada, no plano real formam uma unidade de aspectos diversos. A organização pedagógica para dar conta destas três dimensões, particularmente na Educação Básica, implica um currículo que desenvolva de forma equilibrada o conjunto de disciplinas que permita compreender as leis da natureza (química, física, biologia) e aquelas que possibilitam entender a natureza das relações sociais e humanas (história, filosofia, sociologia, geografia, psicologia, arte, literatura. Igualmente disciplinas que são instrumentais, como a matemática e as línguas, ou disciplinas que estão na intersecção das ciências da natureza e humanas e sociais como a educação física.

O sujeito histórico da formação de um novo ser humano para novas relações sociais é a classe trabalhadora. Por isso a luta concomitantemente pelo acesso universal à escola pública, gratuita e laica e que em sua formação esteja presente, na teoria e na prática, o seu caráter unitário, omnilatral e politécnico e/ou tecnológico. É esta educação que pode, como enfatiza Florestan Fernandes, fazer com que os oprimidos tomem consciência de sua opressão o possam se organizar e resistir.

[...] uma consciência crítica e negadora do passado, combinada a uma consciência crítica e afirmadora do futuro. E essa consciência, nascida do trabalho produtivo e da luta política dos trabalhadores e dos excluídos, não depende da educação que obedeça apenas à fórmula abstrata da “educação para um mundo em mudança”, mas sim da educação como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores (FERNANDES, 2020, p. 29).

A lição e interpelação que a pandemia nos traz é justamente a necessidade de aguçar a consciência crítica negadora das relações sociais de produção capitalistas, que destroem as bases materiais da vida e exploram e expropriam os trabalhadores, e as concepções de natureza, de ser humano, de conhecimento e de educação que as mascaram e as reproduzem. Ao mesmo tempo, afirmar a consciência crítica que produz, na teoria e na práxis, os processos educativos que concorrem para a construção da sociedade sem classes. Esta utopia não é abstrata e vazia, mas inscreve-se na compreensão de que o capitalismo nada mais tem a oferecer à humanidade. Por isso, como indica Eric Hobsbawm (1992), que o programa a pautar é aquele do socialismo, em disputa há mais de 150 anos. Antônio Cândido (TAVARES, 2011, p. 2) nos diz por que é um programa vitorioso. “O que se pensa que é face humana do capitalismo é o que o socialismo arrancou dele com suor, lágrimas e sangue”.

FRIGOTTO, G. The genesis of pandemics and the challenge to the dominant conception of human nature, knowledge and education. *ORG & DEMO* (Marília), v. 22, n. 2, p. 17-38 Jul./Dez., 2021.

Abstract: In this article we seek initially to analyze the structural causes of the social relations of capitalist production that underlie the Genesis of pandemic and the conception of human nature, knowledge and education that mask them. Based on the apprehension of these causes and the conception that mask them, we seek to explain that the current economic, social and educational policy in Brazil constitutes the most regressive world example. Finally, we will highlight what conception of human nature, knowledge and education can form the new generations making them capable of changing the current social relations of production that result in inequality, environmental degradation and pandemics

Keywords: Pandemic; Capitalism; Human nature; Knowledge; Education

Resumen: En este artículo buscamos, inicialmente, analizar las determinaciones estructurales de las relaciones sociales de producción capitalista que subyacen en la génesis de las pandemias y la concepción de la naturaleza humana, conocimiento y educación que las enmascara. A partir de la comprensión de estas determinaciones y las concepciones que las enmascaran, buscamos explicar que la actual política económica, social y educativa en Brasil constituye el ejemplo mundial más regresivo. Finalmente, destacaremos qué concepción de la naturaleza humana, conocimiento y educación puede formar las nuevas generaciones para que sean capaces de cambiar las actuales relaciones sociales de producción que resultan en desigualdad, degradación ambiental y pandemia

Palabras clave: Pandemia; Capitalismo; Naturaleza humana; Conocimiento; Educación.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo. Editora Unesp, 1995.

ALTVATER, E. **O fim do capitalismo tal qual o conhecemos**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAUDELOT, C.; ESTABLET, R. **L'école capitaliste en France**. Paris: Maspéro, 1971.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

DESTUTT, A. C. de T. **Éléments d'idéologie**. Paris: Coutcier Imprimeurs Libraire, 1908, v. 1.

DAVIS, M. **O monstro bate à nossa porta**. São Paulo: Record, 2006.

DAVIS, M. **The monster enters: Covid-19, Avian Flu, and the Plagues of Capitalism**. Nova York, Londres: OR Books, 2020.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, F. (Org.). **Marx e Engels**. História. São Paulo: Ática, 1983.

FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FIORI, J. L. Religião, violência e loucura no Brasil. **Brasil de Fato**. São Paulo, 15 mai. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/15/artigo-or-religiao-violencia-e-loucura-no-brasil-por-jose-luis-fiori>

- FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- GALLINO, L. **Il denaro, Il débito e ladopia crisi**. Spiegattiainostrinipotti. Roma: Einaudi, 2015.
- HAYEK, F. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Biblioteca Editora do Exército, 1994.
- HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- HOBSBAWM, E. **A era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, E. Política extrema. **Folha de S. Paulo**. Caderno Mais. São Paulo, 18 abr. 2010, p. 4-6.
- KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. **Para compreender o pensamento de Karl Marx**. Lisboa: Edições 70, 1966.
- LINHART, D. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MAGRI, L. **O alfaiate de ULM**. Uma possível história do Partido Comunista italiano. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. I, tomo 2.
- MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. . São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. III, tomo 2
- MARX, K. Crítica da crítica absoluta ou a crítica crítica, conforme o Senhor Bruno. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MENA, F. Pandemia é resposta biológica do planeta, diz físico Fritjof Capra. **Folha de S. Paulo**. Entrevista 2. São Paulo, 09 ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fronteiras-do-pensamento/2020/08/pandemia-e-resposta-biologica-do-planeta-diz-fisico-fritjof-capra.shtml>
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MÉSZAROS, I. **Marx e a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: Ornitórrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PIKETTY, T. **O capital do século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- ROCHA, R. Pobreza e extrema pobreza atingem 61,1 milhões de brasileiros em 2021. **Site da CUT**. Notícias. São Paulo, 26 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/pobreza-e-extrema-pobreza-atingem-70-4-milhoes-de-brasileiros-em-2021-fb90>. Acesso em: 21 set. 2021.

SAMPAIO, J. L. Cinco ideias da Biologia que explicam a vida, segundo vencedor do Prêmio Nobel. **Terra**. São Paulo, 26 ago. 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/cinco-ideias-da-biologia-que-explicam-a-vida-segundo-vencedor-do-premio-nobel,727fb0b00e540d7a6a82115cf48ebcd8zlw75tq5.html>. Acesso em: 16 set. 2021

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classe**. Lisboa: Moraes, 1981.

TAVARES, J. Antonio Cândido. Socialismo, uma doutrina triunfante. **Brasil de Fato**. Entrevista. São Paulo, 08 ago. 2011. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/6819/>. Acesso em: 20 set. 2021.

VIEIRA, J. C. A pandemia sob o olhar de Mia Couto: “Outras virão. E irão requerer respostas mais robustas e globais.”. **Fronteiras do Pensamento**. Entrevista. Belo Horizonte, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/entrevistas/a-pandemia-sob-o-olhar-de-mia-couto-outras-virao-e-irao-requerer-respostas-mais-robustas-e-globais>

Submetido em: 03/11/2021

Aceito em: 21/11/2021